



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA ROSA EM 13.11.2014

Aos 13 dias do mês de novembro de 2014, compareceu à sede da 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0006282-33.2014.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular Raquel Nenê Santos, pela Diretora de Secretaria Larissa Heinen e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 30.10.2012

Data da última correição realizada: 19.11.2013

Jurisdição: Alecrim, Alegria, Campinas das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Giruá, Horizontina, Independência, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, Senador Salgado Filho, São José do Inhacorá, São Paulo das Missões, Três de Maio, Tucunduva, Tuparendi, Ubiretama

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2013 a 13.11.2014

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 03/2014, da Corregedoria Regional deste TRT, a 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa pertence à 68ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, juntamente com a 1ª Vara do Trabalho da Comarca, Vara do Trabalho de Cruz Alta e Vara do Trabalho de Ijuí. Essa circunscrição é compreende 2 vagas de zoneamento de Juiz Substituto, ocupadas pelas magistradas **Kelen Patrícia Bagetti** e **Jaqueline Maria Menta**.

2.1.2 Juíza Atual

Juíza	Situação	Período
Raquel Nenê Santos	Juíza Titular	Desde 09.05.2013

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 08.10.2014)



2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Cláudio Roberto Ost	Juiz Titular de 29.01 a 18.03.2013		1 mês e 20 dias
2	Nadir Fátima Zanotelli Coimbra	11 a 17.03.2013	Atuou em razão do Juiz Titular estar atuando na 1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa	7 dias
3	Ana Paula Keppeler Fraga	18.03.2013	Atuou em razão do Juiz Titular estar atuando na 1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa	1 dia
		19.03 a 02.04.2013	Atuou em razão da vacância da titularidade da Vara do Trabalho	14 dias
-	Raquel Nenê Santos	Juíza Titular desde 09.05.2013		
4	Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	20.06.2013	Atuou como Juíza Auxiliar	1 dia
-	Jaqueline Maria Menta	Juíza Substituta zoneada na circunscrição		
		10 a 20.03.2014	Respondeu pela Unidade Judiciária em razão das férias da Juíza Titular	11 dias
-	Kelen Patrícia Bagetti	Juíza Substituta zoneada na circunscrição		
		04 a 08.08.2014	Atuou em razão do afastamento por Licença para Tratamento de Saúde (LTS) da Juíza Titular	5 dias
		16.09 a 15.10.2014	Respondeu pela Unidade Judiciária em razão das férias da Juíza Titular	1 mês

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 08.10.2014)

2.1.4 Afastamentos dos Juizes Titulares durante o período correcionado

Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Cláudio Roberto Ost	Férias	29.01 a 05.02.2013	8 dias
Raquel Nenê Santos	Férias	25.06 a 14.07.2013 17.10 a 12.11.2013 10 a 20.03.2014 22.03 a 03.04.2014 05 a 13.04.2014 16 a 18.09.2014 20.09 a 15.10.2014	110 dias
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 08.10.2014)



2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Larissa Heinen	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretora de Secretaria (CJ3)	30.10.2012
2	Rogério Steinmetz Ribeiro	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	20.05.2013
*	Joice Coelho Paz	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	31.10.2014
3	Jaime Adair Watthier	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	06.11.2012
4	Adriana Rossoni	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretária de Audiência (FC03)	06.11.2012
5	Dinara Eliz Schapowal Walker	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	30.10.2012
6	Dayana Cardozo Rohde Fucks	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	19.11.2012
7	Anai Fuchs Ribeiro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	04.08.2014

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.10.2014)

* Servidor ocupante de Função Comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) não conta para fins de lotação na Unidade Judiciária.

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média das Unidades no ano de 2013)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
618 processos	501 a 750	7 servidores	7 a 8 servidores

Para verificar o número adequado de servidores na Unidade é necessário obter a média de movimentação processual nos últimos 3 anos. No entanto, em virtude da instalação da 2ª Vara do Trabalho no Foro de Santa Rosa, em 30.10.2012, o cálculo da média das Unidades foi alterado.

No intuito de resolver a padronização de lotação das Unidades, foi calculada uma projeção da média de movimentação processual de cada uma



das Varas do Trabalho do Foro de Santa Rosa com base no número de processos ajuizados no ano de 2013. Assim, a média das Varas do Trabalho foi de 618 processos. Portanto, de acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa está de acordo com o parâmetro previsto na referida norma.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o período correccionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Adriana Rossoni	Doença em Pessoa da Família	3	3
Anai Fuchs Ribeiro* (desde 04.08.2014)	-	-	-
Dayana Cardozo Rohde Fucks	Licença-gestante	149	150
	Doença em Pessoa da Família	1	
Dinara Eliz Schapowal Walker	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	22	22
Jaime Adair Watthier	Curso ou Evento	3	8
	Licença-Paternidade	5	
Joice Coelho Paz	-	-	-
Larissa Heinen	Curso ou Evento	10	10
Rogério Steinmetz Ribeiro* (desde 20.05.2013)	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.10.2014)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Quesia Falcão de Dutra	30.10.2012	20.03.2013	4 meses e 21 dias	Lotação no Gab. Desa. Maria Helena Lisot – Assistente de Gabinete (FC05)
2	Luciana Farias Montenegro Bastos	26.08.2013	09.03.2014	6 meses e 14 dias	Lotação na 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo – Assistente de Juiz Substituto (FC05)*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

3	Samia de Christo Garcia	30.10.2012	27.07.2014	1 ano, 8 meses e 28 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul – Assistente de Juiz Titular (FC05)
4	Roberto Carlos Duarte	10.03.2014	21.09.2014	6 meses e 12 dias	Lotação no Gab. Des. Flávio Portinho Sirângelo – Assistente de Gabinete (FC05)
5	Kátia Santos Silva	06.05.2013	02.11.2014	1 ano, 5 meses e 27 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Esteio - Assistente (FC02)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.10.2014)

* As servidoras já ocupavam função comissionada de Assistente de Juiz (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

2.2.5 Estagiários

	Estagiário	Curso em Andamento	Período
1	Felipe Scheuer de Oliveira	Superior em Direito	10.06.2013 a 09.12.2014

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.10.2014)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juizes Titulares e das Juizas Substitutas zoneadas durante o período correccionado

	Juiz (a)	Gestão Estratégica (em horas)	Pje (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	Cláudio Roberto Ost	-	-	-	-
	Raquel Nenê Santos	-	14	97	111
Substitutas zoneadas	Jaqueline Maria Menta	-	-	84	84
	Kelen Patrícia Bagetti	-	3,5	576	579,5

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 08.10.2014 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária, uma vez que é Meta da Justiça do Trabalho – Meta 11 do CNJ/2013).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o período correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Adriana Rossoni	20	8	47	75
Anai Fuchs Ribeiro	-	-	-	120
Dayana Cardozo Rohde Fucks	30	34	185	249



Dinara Eliz Schapowal Walker	30	8	51	89
Jaime Adair Watthier	50	34	182	266
Joice Coelho Paz	-	46	128,5	174,5
Larissa Heinen*	90	25	66	181
Rogério Steinmetz Ribeiro	-	34	140	174

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.10.2014 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária, uma vez que é Meta da Justiça do Trabalho – Meta 11 do CNJ/2013).

* Gestora da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

OBSERVAÇÕES INICIAIS:

A 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa foi instalada em 30.10.2012, nos termos da Portaria nº 12, de 17 de outubro de 2012, desta Corregedoria Regional - ocasião na qual a Unidade Judiciária recebeu, por redistribuição, 3.013 processos físicos oriundos da 1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa. Destaca-se que, muito embora os processos redistribuídos se encontrassem em diversas fases processuais, conforme a tabela abaixo, o Sistema e-Gestão do TST considera todos os processos físicos recebidos por redistribuição em 2012 como casos novos.

2ª VT Santa Rosa	Processos recebidos da 1ª VT de Santa Rosa
Fase	-
Conhecimento	566
Solucionado	607
Liquidação	227
Execução	617
Execução Previdenciária	17
Sem Fase	29
Arquivo Provisório	950
Total Recebido	3.013

(Fonte: Relatório de Inspeção Correcional Ordinária do ano de 2013)

Por sua vez, consoante a referida Portaria, todos os processos ajuizados no Foro Trabalhista de Santa Rosa a partir de 30.10.2012 passaram a tramitar exclusivamente pelo Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) – ou seja, todos os processos recebidos por redistribuição na Unidade Judiciária no ano de 2012 foram ajuizados via PJe-JT.

Desse modo, tendo em vista que o Sistema Estatístico da Corregedoria (pelo qual usualmente são obtidos os dados relativos ao ano de 2012) não



contempla as estatísticas referentes ao PJe-JT, mas apenas os dados relativos aos processos físicos, e que o Sistema e-Gestão do TST considera todos os processos físicos recebidos por redistribuição em 2012 como casos novos, a análise da movimentação processual e dos prazos médios de tramitação na Unidade Judiciária será restrita ao período compreendido entre 1º.01.2013 e 30.09.2014, a fim de se evitar eventuais distorções estatísticas.

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014 (até 30.09)	Variação 2013-2014
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	808	781	-3,34%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	117	105	-10,26%
Pendentes de finalização na fase de execução***	694	722	4,03%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	67	16	-76,12%
Total	1.686	1.624	-3,68%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.10.2014)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

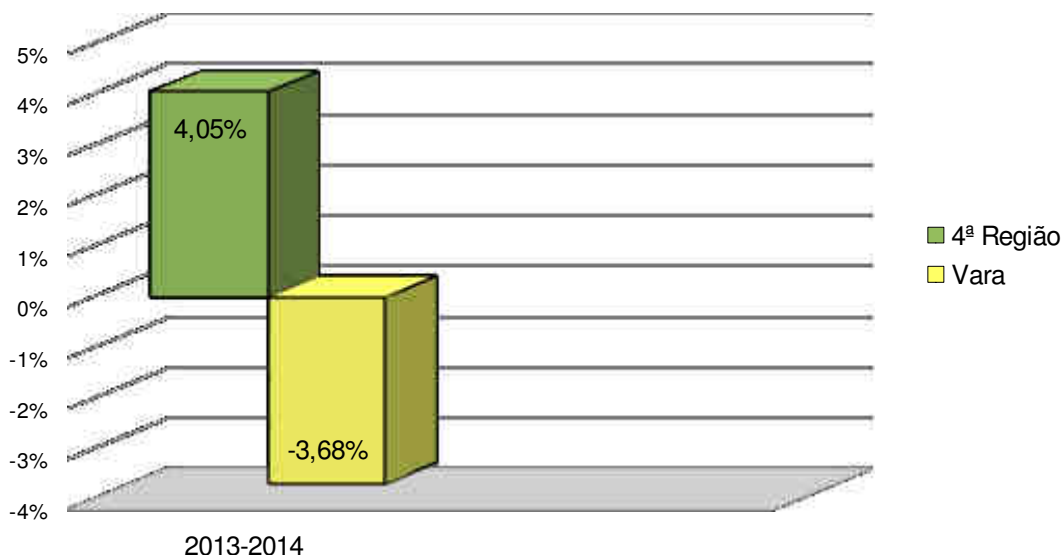
** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

Os dados colhidos até o mês de setembro de 2014 apontam redução de 3,68% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária em relação ao final do ano anterior. No período sob análise, a execução foi a única fase que registrou aumento de estoque (acréscimo de 28 processos), e a redução mais expressiva foi apresentada pelas cartas (precatórias e/ou de ordem) pendentes de devolução (decréscimo de 51 processos). Destaca-se que a redução no acervo de processos da 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa no ano de 2014 foi de encontro à tendência apresentada pela 4ª Região no período, quando registrado aumento de 4,05% no número de processos em tramitação.



Varição percentual do acervo de processos tramitando



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos pendentes de solução

	2013	2014 (até 30.09)	Varição 2013-2014
Pendentes de solução do período anterior	519**	344	-33,72%
Casos novos	632	529	-16,30%
Sentenças anuladas/reformadas	10	8	-20,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito) *	673	532	-20,95%
Processos pendentes de solução	344	306	-11,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.10.2014)

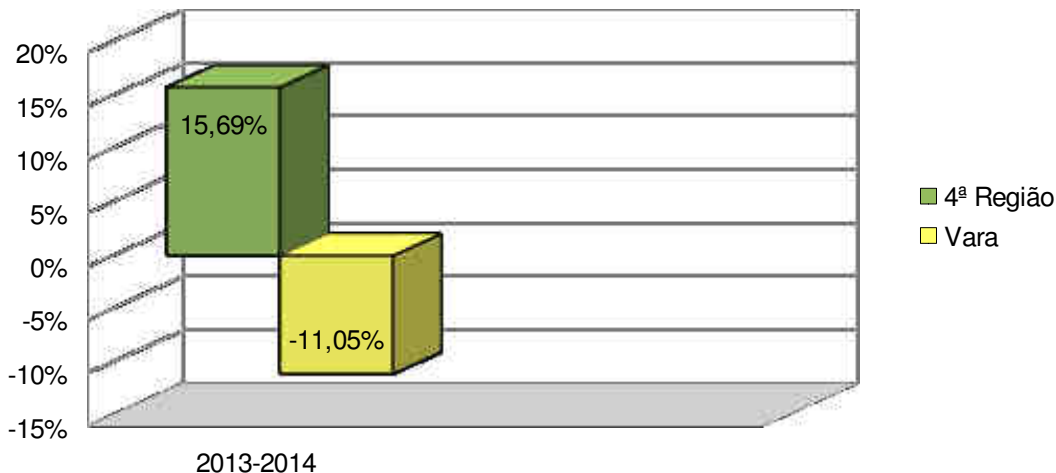
* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

**A discrepância entre os valores apresentados deve-se à mudança na forma de coleta das informações estatísticas implementadas a partir da utilização do sistema e-Gestão

Os dados colhidos até o mês de setembro de 2014 registram redução de 11,05% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior, a despeito de ter havido um aumento de 11,53% na média mensal de casos novos (a qual passou de 53,50 processos, em 2013, para 59,67 processos, em 2014). Essa queda destoia da tendência verificada na 4ª Região nesse mesmo período, no qual o número de processos pendentes na fase de conhecimento registrou aumento de 15,69%. O principal fator que contribuiu para esse decréscimo no estoque foi o aumento de 5,40% na média mensal de processos solucionados, a qual passou de 56,08, em 2013, para 59,11, em 2014.



Varição percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que, em 30.09.2014, a maior parte destes (62,75%) se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar a redução de 62,50% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade - o qual importava em 24 processos ao final do ano de 2013, e que, em 30.09.2014, correspondia a apenas nove processos. Especificações no quadro abaixo.

	2013	2014 (até 30.09)	Varição 2013-2014
Aguardando 1ª sessão de audiência	52	85	63,46%
Aguardando encerramento da instrução	223	192	-13,90%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	45	20	-55,56%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	24	9	-62,50%
TOTAL	344	306	-11,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.10.2014)

3.2.2 Taxa de congestionamento*

	2013	2014 (até 30.09)	Varição 2013-2014
Santa Rosa – 2ª Vara	42,03%	39,61%	-5,75%
Média no TRT4 1ª Instância	41,03%	50,60%	23,32%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.10.2014)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{número de processos solucionados}}{\text{resíduo anterior} + \text{processos recebidos}}$

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador



que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período em relação ao total pendente de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 39,61% nos nove primeiros meses de 2014, constatando-se redução de 5,75% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2013, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 10,99 pontos percentuais.

3.2.3 Processos solucionados

Tipo de solução		2013		2014 (até 30.09)	
		QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	291	43,24	219	41,17
	Julgado procedente	18	2,67	15	2,82
	Julgado procedente em parte	191	28,38	166	31,20
	Julgado improcedente	101	15,01	105	19,74
	Extinto	1	0,15	1	0,19
	Outras decisões	0	0,00	0	0,00
Sem exame de mérito	Extinto	19	2,82	7	1,32
	Arquivamento (art. 844 CLT)	42	6,24	17	3,20
	Desistência	5	0,74	2	0,38
	Outras decisões	5	0,74	0	0,00
TOTAL		673	100	532	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.10.2014)

Conforme referido anteriormente, verificou-se aumento de 5,40% na média mensal de processos solucionados, a qual passou de 56,08, em 2013, para 59,11, em 2014. Esse índice destoava da tendência apresentada na 4ª Região, a qual apresentou redução de 3,08% na média mensal de processos solucionados nesse mesmo período.

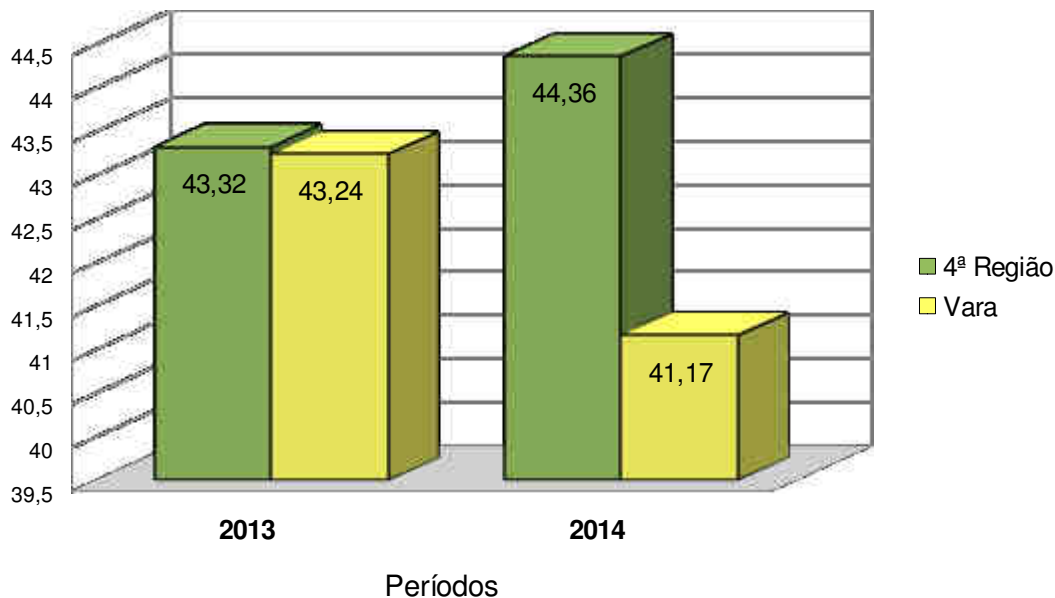
Dentre os tipos de solução, constatou-se aumento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 363 decisões com resolução de mérito na Unidade, perfazendo uma média mensal de 30,25 processos; em 2014, esse número alcançou 311 decisões até o dia 30.09, perfazendo uma média mensal de 34,56 processos (representando uma elevação de 14,23%). O desempenho da Unidade nesse quesito também se mostra acima da média do TRT4, o qual registrou queda de 6,20% na média mensal de decisões com resolução de mérito.

A análise do quadro acima demonstra, por outro lado, queda no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária: em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 291,



representando 43,24% dos processos solucionados; já em 2014, o número total de conciliações até o dia 30.09 alcançou 219, correspondendo a 41,17% - índice inferior, inclusive, ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,36%.

Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2013	2014 (até 30.09)	Varição 2013-2014
Pendentes do período anterior	180	116	-35,56%
Iniciadas	218	199	-8,72%
Encerradas	257	188	-26,85%
Pendentes	116	102	-12,07%
Arquivo Provisório	0	0	-

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.10.2014)

O número de processos pendentes na fase de liquidação caiu de 116, no final do ano de 2013, para 102, em 30.09.2014 (a despeito de ter havido uma redução de 2,47% na média mensal de liquidações encerradas na comparação entre os dois períodos), importando em uma redução de 12,07% no acervo de processos pendentes. Essa queda foi de encontro à tendência verificada na 4ª Região, cujo estoque de processos aumentou 5,34% no período em tela.



3.3.2 Taxa de congestionamento*

	2013	2014 (até 30.09)	Varição 2013-2014
Santa Rosa – 2ª Vara	35,43%	40,32%	13,80%
Média no TRT4 1ª Instância	42,12%	50,56%	20,03%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.10.2014)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{Número liquidações encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{liquidações iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa foi de 40,32% nos nove primeiros meses de 2014, constatando-se aumento de 13,80% em relação ao índice do ano anterior; não obstante, na comparação com a média da 4ª Região no mesmo período, o índice da Unidade Judiciária foi 10,24 pontos percentuais inferior ao congestionamento médio do TRT4.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos pendentes na fase de execução

		2013	2014 (até 30.09)	Varição 2013-2014
Pendentes do período anterior (com execuções previdenciárias)		683	578	-15,37%
Entradas	Iniciadas	691	237	-39,39%
Saídas	Encerradas	381	175	-54,07%
	Arquivadas Provisoriamente	85	68	-20,00%
Pendentes	Exclusivamente de crédito previdenciário	6	3	-50,00%
	Demais	572	545	-4,72%
Saldo no Arquivo Provisório		85	147	72,94%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.10.2014)

O estoque de execuções pendentes na 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa caiu de 578 para 548 processos nos nove primeiros meses de 2014, o que corresponde a uma redução de 5,19%. Esse índice é superior à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou queda de 0,18% em seu acervo médio. O principal fator a contribuir para essa queda foi a redução de 38,77% na média mensal de execuções iniciadas.

3.4.2 Taxa de congestionamento*

	2013	2014 (até 30.09)	Varição 2013-2014
Santa Rosa – 2ª Vara	64,53%	78,53%	21,70%
Média no TRT4 1ª Instância	69,60%	86,61%	24,44%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.10.2014)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{Número execuções encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{execuções iniciadas}}$



A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 78,53% nos nove primeiros meses de 2014, constatando-se elevação de 21,70% em relação ao índice do ano anterior. Em contrapartida, na comparação com a média da 4ª Região nesse período, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 8,08 pontos percentuais.

	2013	2014 (até 30.09)	Variação 2013-2014
Santa Rosa – 2ª Vara	67,13%	81,81%	21,87%
Média no TRT4 1ª Instância	84,73%	89,15%	5,21%

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa na fase de execução, a qual passa a corresponder a 81,81% - superior ao índice do ano anterior em 21,87%. Na comparação com o índice médio da 4ª Região, a taxa de congestionamento da Unidade é 7,34 pontos percentuais menor.

3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	2013	2014 (até 30.09)	Variação 2013-2014
Processos com inclusão de devedor no BNDT	113	56	-50,44%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	93	55	-40,86%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	90	118	31,11%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.10.2014)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.11.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT. Dessa consulta, constatou-se **não haver processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuam devedores inscritos no BNDT.



3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	2013			2014 (até 30.09)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
Embargos de declaração	145	114	35	57	49	29
Antecipações de tutela	53	16	52	53	14	38
Impugnações à sentença de liquidação	19	11	10	14	16	7
Embargos à execução	102	70	44	45	55	26
Embargos à arrematação	2	0	2	1	1	0
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	8	6	2	1	2	1

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.10.2014)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 329 incidentes processuais em 2013 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma média mensal de 27,42 incidentes, e 171 incidentes processuais nos nove primeiros meses de 2014, o que importa em uma média mensal de 19 incidentes, constatando-se, portanto, redução de 30,71% na comparação entre os dois períodos. Verifica-se, também, que os embargos de declaração correspondem a 33,33% dos incidentes recebidos em 2014, e que as antecipações de tutela correspondem a 30,99% do total de incidentes processuais opostos nesse período.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos, a título de amostragem, no quadro abaixo:

1	0000228-68.2010.5.04.0751
Situação processual: consta do sistema inFOR a oposição de dois embargos de declaração distintos pelo reclamante, nos dias 13.05.2013 e 10.02.2014, sendo que as matérias neles ventiladas foram apreciadas pelo Juízo nos despachos publicados nos dias 16.05.2013 e 19.02.2014, respectivamente. Verifica-se, contudo, que não foram dados os andamentos correspondentes às baixas dos incidentes processuais no sistema informatizado, de modo que ambos seguem constando como pendentes de solução.	
2	0112100-30.2006.5.04.0751
Situação processual: consta do sistema inFOR a oposição, em 30.01.2014, de embargos à penhora pela reclamada, sendo que as matérias nele ventiladas foram apreciadas pelo Juízo no despacho publicado no dia 05.02.2014. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente processual no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	



3

0051300-31.2009.5.04.0751

Situação processual: consta do sistema inFOR a oposição, em 05.11.2012, de **impugnação à sentença de liquidação** pela reclamada (a qual, visualizando-se a petição eletrônica, constata-se tratar de mera impugnação aos cálculos de liquidação elaborados por contador *ad hoc*), sendo que matérias nela ventiladas foram apreciadas pelo Juízo no despacho publicado no dia 16.11.2012. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente processual supostamente ajuizado no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 30.10.2014)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

3.6 TAXA DE RECORRIBILIDADE

	2013	2014 (até 30.09)	Variação 2013-2014
Fase de Conhecimento	111,34%	94,22%	-15,38%
Fase de Execução	135,71%	109,09%	-19,62%

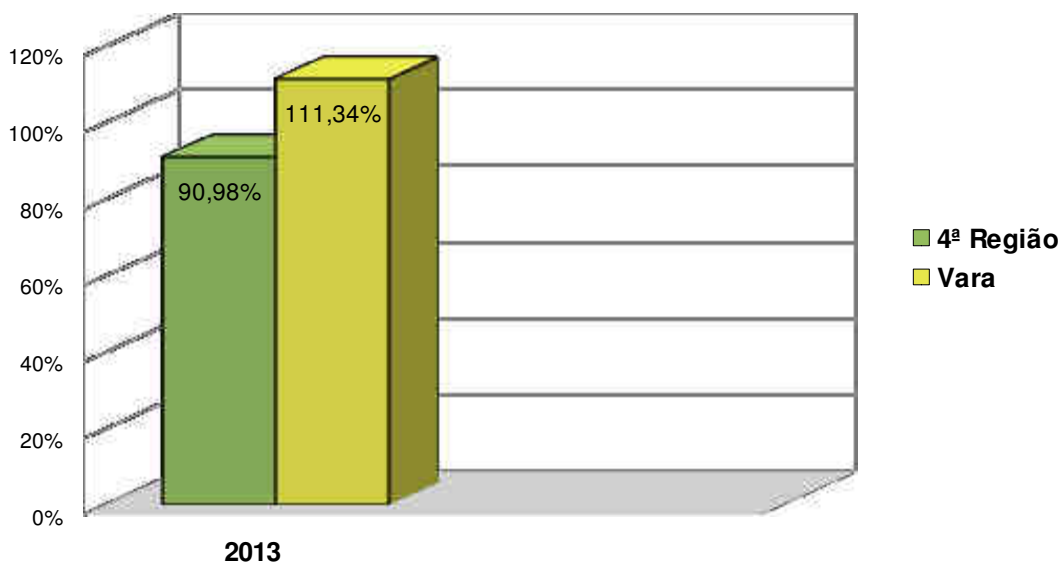
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.10.2014)

Recorribilidade externa – fase de conhecimento = Recursos ordinários interpostos / número de sentenças (todas as ações encerradas por sentença, excluídas aquelas encerradas por acordo, desistência e arquivamento).

Recorribilidade externa – fase de execução = Agravos de petição interpostos / número de decisões em embargos à execução.

No ano de 2013, a taxa de recorribilidade para instância superior na fase de conhecimento foi de 111,34%, a qual se mostrou 20,36 pontos percentuais superior ao índice médio da 4ª Região em 2013. Em contrapartida, os dados de 2014, colhidos até setembro, apontam tendência de redução na taxa de recorribilidade da Unidade.

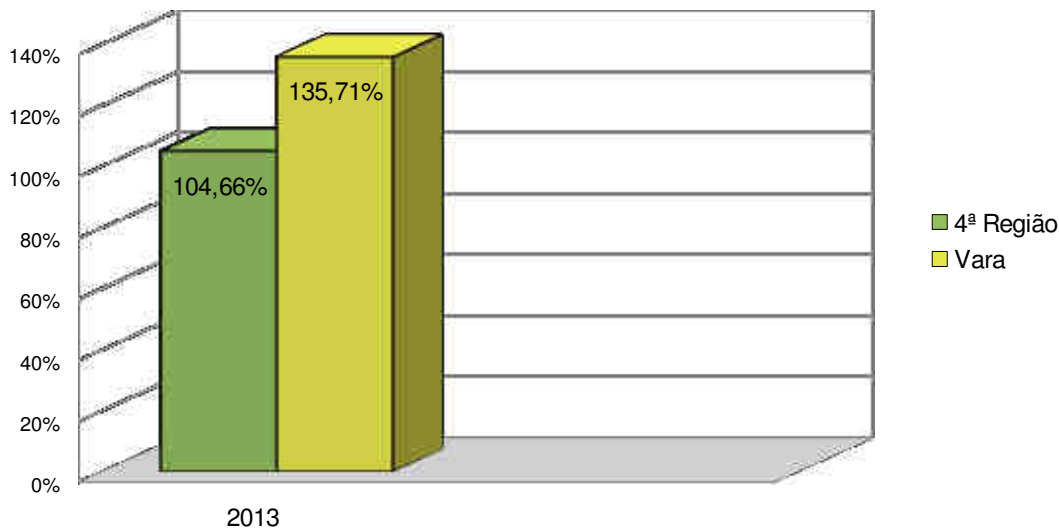
Recorribilidade externa na fase de conhecimento





A seu turno, a taxa de recorribilidade para instância superior na fase de execução foi de 135,71% no ano de 2013, mostrando-se 31,05 pontos percentuais superior ao índice médio da 4ª Região no referido ano. Em contrapartida, os dados do ano de 2014 apontam tendência de redução na taxa de recorribilidade da Unidade Judiciária.

Recorribilidade externa na fase de execução



3.6.2 Recorribilidade interna

	2013	2014 (até 30.09)	Varição 2013-2014
Fase de conhecimento	43,28%	19,39%	-55,21%

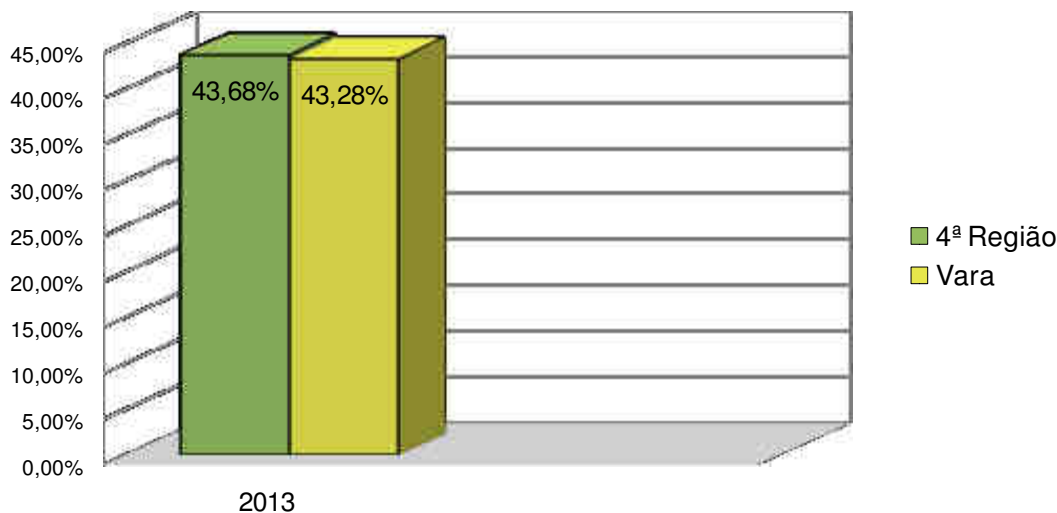
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.10.2014)

Recorribilidade interna = Embargos de declaração opostos / número de sentenças (todas as ações encerradas por sentença, excluídas aquelas encerradas por acordo, desistência e arquivamento).

No ano de 2013, a taxa de recorribilidade para a própria instância na fase de conhecimento foi de 43,28%, a qual se mostrou similar ao índice médio da 4ª Região nesse ano. Por sua vez, os dados colhidos entre janeiro e setembro de 2014 apontam tendência de redução na taxa de recorribilidade interna da Unidade.



Recorribilidade Interna



4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

	2013	2014 (até 30.09)	Variação 2013-2014	
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	45,39	59,13	30,28%
	Ordinário	169,75	203,47	19,86%
	Total	163,05	193,24	18,52%

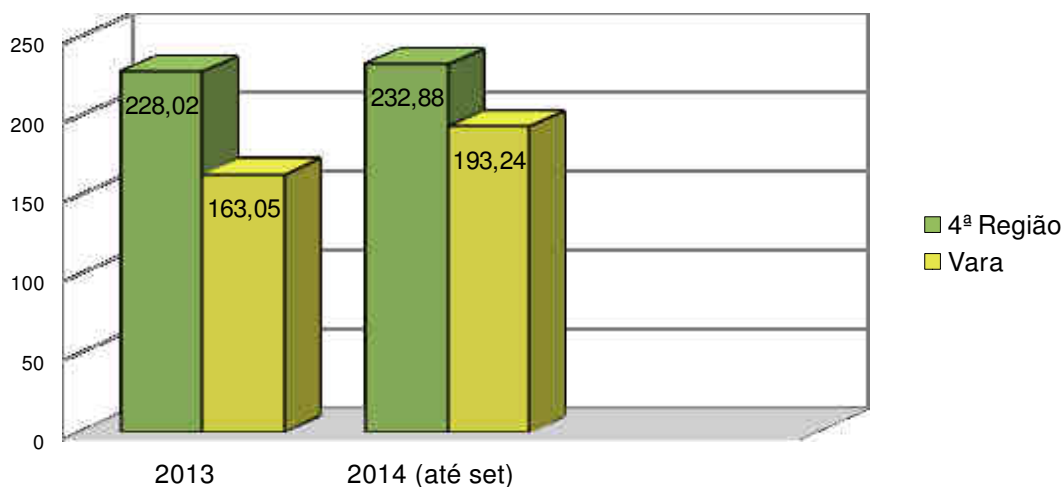
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.10.2014)

Nos nove primeiros meses de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa apresentou elevação de 18,52%, passando de 163,05 para 193,24 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 30,28% em relação à média do ano anterior, passando de 45,39 para 59,13 dias; a seu turno, o rito ordinário registrou prazo médio de 203,47 dias, 19,86% mais moroso na comparação com 2013.

Ainda, conforme apontado no gráfico abaixo, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2013 foi 28,49% mais célere (64,97 dias) que a média de todas as Unidades do TRT4, ao passo que no período de janeiro a setembro de 2014 o prazo médio foi 17,02% mais curto (39,64 dias) do que o da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

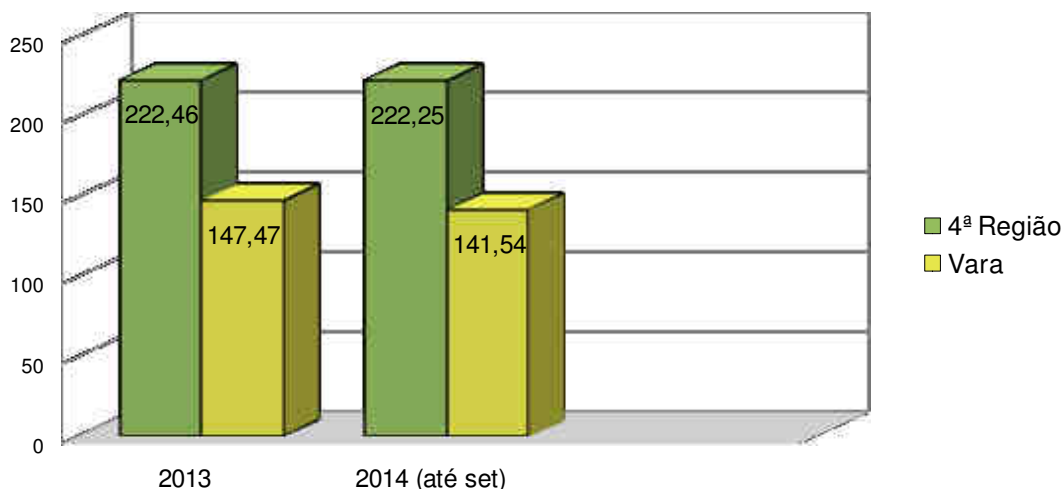
		2013	2014 (até 30.09)	Varição 2013-2014
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	106,50	111,00	4,23%
	Ordinário	147,80	141,72	-4,12%
	Total	147,47	141,54	-4,02%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.10.2014)

Nos nove primeiros meses de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 111 dias, o que equivale a uma elevação de 4,23% em relação à média do ano anterior. Em contrapartida, no rito ordinário o prazo médio alcançou 141,72 dias, 4,12% mais célere na comparação com 2013. Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 33,71% mais célere (74,99 dias) do que o desempenho de toda a 4ª Região em 2013, e 36,31% mais célere (80,71 dias) nos nove primeiros meses de 2014. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

	2013	2014 (até 30.09)	Variação 2013-2014	
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	171,70	330,30	92,36%
	Ente público	242,95	480,31	97,70%
	Total	175,83	344,84	96,13%

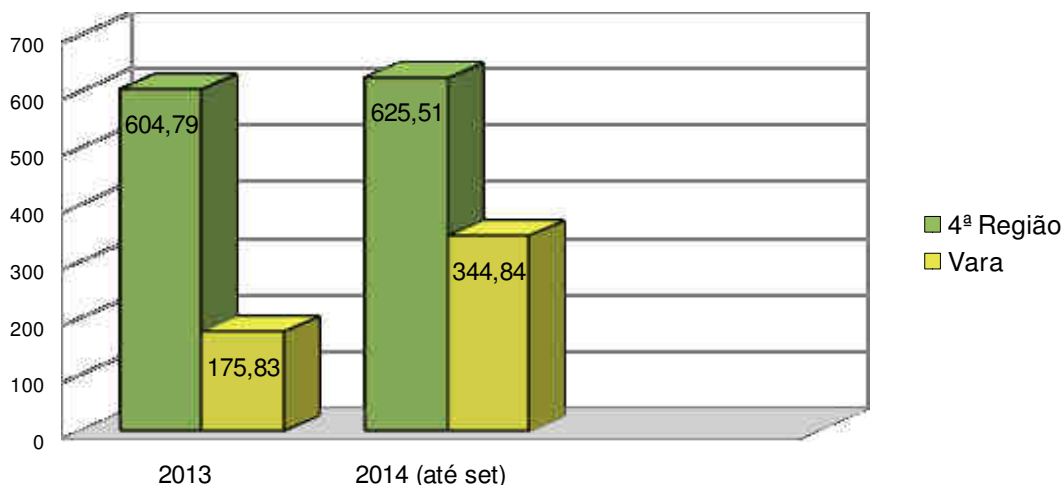
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.10.2014)

Nos nove primeiros meses de 2014, o prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária nos processos em que o executado era ente privado foi de 330,30 dias, o qual foi 92,36% maior do que o prazo do ano anterior; a seu turno, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução em 2014 foi de 480,31 dias, 97,70% mais moroso do que a média do ano anterior.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2013, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que em 2013 o tempo de tramitação na fase de execução foi 70,93% mais célere (428,96 dias) do que a média regional. Por sua vez, os dados de janeiro a setembro de 2014 apontam que, nesse período, o prazo médio de tramitação na Unidade foi 44,87% inferior (280,67 dias) à média de todo o TRT4.



Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 Metas do CNJ – Anos anteriores a 2013

5.1.1 Meta 2 - 2009: “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
Não aplicável – Unidade instalada apenas em 30.10.2012	

5.1.2 Meta 2 – 2010: “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
Não aplicável – Unidade instalada apenas em 30.10.2012	

5.1.3 Meta 2 – 2012: “Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 já solucionados	%	Resultado
Não aplicável – Unidade instalada apenas em 30.10.2012			



5.2 Metas do CNJ – Ano de 2013

5.2.1 Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013”.

META 1/2013 CNJ			
Distribuídos em 2013	Solucionados em 2013	%	Resultado
632	673	106,49%	Meta cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2013 pelo menos 80% dos processos distribuídos, em 2009, na Justiça do Trabalho”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 já solucionados	%	Resultado
Não aplicável – Unidade instalada apenas em 30.10.2012			

5.2.3 Meta 13: “Aumentar em 15% (quinze por cento) o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011”.

META 13/2013 CNJ			
Execuções encerradas em 2011	Execuções encerradas em 2013	%	Resultado
Não aplicável – Unidade instalada apenas em 30.10.2012			

5.3 Metas do CNJ – Ano de 2014

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos até 30.09.2014	Solucionados até 30.09.2014	%	Resultado parcial (até setembro)
529	532	100,57%	Dados parciais indicam o provável cumprimento da meta

5.3.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012”.

META 2/2014 CNJ			
Distribuídos em 2011	Nº de processos ajuizados em 2011 já solucionados	%	Resultado parcial (até setembro)
Não aplicável – Unidade instalada apenas em 30.10.2012			
Distribuídos em 2012	Nº de processos ajuizados em 2012 já solucionados	%	Meta já cumprida
58*	52	89,66%	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

* Este número refere-se apenas aos processos recebidos por distribuição (via PJe-JT) a partir da instalação da Unidade Judiciária, em 30.10.2012, não abrangendo os processos físicos em fase de conhecimento recebidos por redistribuição da 1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa (nos termos da Portaria nº 12, de 17 de outubro de 2012, desta Corregedoria Regional) cujo ano de autuação seja 2012.

5.3.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (percentual precedido do sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor (até SET2014)
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	102
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	24
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	354
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	384
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	0
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	146
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	173
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	0



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	28
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	57
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0

* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** = $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$
Percentual de redução - Execução Fiscal = $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado parcial (até setembro)
109,58%	Dados parciais indicam o provável cumprimento da meta
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado parcial (até setembro)
Não avaliado*	Não avaliado*

* Não havia quaisquer processos em fase de execução fiscal tramitando na Unidade Judiciária até o dia 30.09.2014

5.3.4 Meta 6: "Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau".

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado parcial (até setembro)
0 processos	Meta já cumprida

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças e quartas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	6 (I) 2 (U) 3 a 4 (P)	6 (I) 2 (U) 3 a 4 (P)	-	-
Tarde	-	6 (I) 3 a 4 (P)	6 (I) 3 a 4 (P)	-	-



(Fonte: Informação da Secretária de Audiências em 13.11.2014)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última data marcada	Próxima data livre
Inicial	10.12.2014	25.11.2014
Una Sumaríssimo	25.11.2014	25.11.2014
Instrução	29.04.2015	22.01.2015
Tentativa de acordo em execução	-	-

(Fonte: Informação da Secretária de Audiências em 13.11.2014)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

		2013	2014 (até 30.09)	Varição 2013-2014
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	33,95	40,08	18,05%
	Ordinário	45,63	47,75	4,65%
	Total	45,21	47,23	4,48%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.10.2014)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio aumentado de 33,95 dias, em dezembro de 2013, para 40,08 dias, em setembro de 2014 (aumento de 18,05%). Da mesma forma, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 45,63 dias, em dezembro de 2013, para 47,75 dias, em setembro de 2014 (elevação de 4,65%).

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.



6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

		2013	2014 (até 30.09)	Variação 2013-2014
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	8,46	10,53	24,56%
	Ordinário	102,58	108,25	5,52%
	Total	93,70	101,85	8,70%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.10.2014)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram seu prazo médio aumentado de 8,46 dias, em dezembro de 2013, para 10,53 dias, em setembro de 2014 (aumento de 24,56%). No rito ordinário, a seu turno, o prazo médio subiu de 102,58 dias, em dezembro de 2013, para 108,25 dias, em setembro de 2014 (acréscimo de 5,52%).

Novamente, no tópico, há que se ressaltar que os prazos para prosseguimento averiguados no momento da inspeção correcional são, de fato, mais exíguos do que aqueles que resultam da apuração do sistema e-Gestão.

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2013					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Ana Paula Keppeler Fraga	18	20	1	0	39
Cláudio Roberto Ost	35	16	2	1	54
Nadir Fátima Zanotelli Coimbra	7	14	0	0	21
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	4	3	0	1	8
Raquel Nenê de Azevedo	479	444	31	33	987
TOTAL	543	497	34	35	1.109

2014 (até 30.09)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Kelen Patrícia Bagetti	23	11	0	0	34
Raquel Nenê de Azevedo	432	268	35	9	744
TOTAL	455	279	35	9	778

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.10.2014)

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes



comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2013						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Ana Paula Keppeler Fraga	10	11	0	21	2	23
Cláudio Roberto Ost	8	7	0	15	2	17
Daniela Floss	0	1	0	1	0	1
Eduardo Batista Vargas	0	3	0	3	0	3
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	0	1	0	1	0	1
Nadir Fátima Zantelli Coimbra	8	5	0	13	0	13
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	2	0	0	2	1	3
Raquel Nenê de Azevedo	263	265	1	529	66	595
Roberto Teixeira Siegmann	0	2	0	2	0	2
Valtair Noschang	0	15	0	15	0	15
TOTAL	291	310	1	602	71	673

2014 (até 30.09)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	0	4	0	4	0	4
Cláudio Roberto Ost	0	6	0	6	0	6
Kelen Patrícia Bagetti	9	0	0	9	1	10
Raquel Nenê de Azevedo	208	247	1	456	25	481
Valtair Noschang	0	29	0	29	0	29
(Juiz não informado) *	1	0	0	1	0	1
TOTAL	218	286	1	505	26	531

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 28.10.2014)

* Os dados do sistema e-Gestão não informaram o juiz que proferiu as decisões

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juíza Titular Raquel Nenê Santos
Não constam processos conclusos há mais de 50 dias

Juíza Substituta zoneada Jaqueline Maria Menta
Não constam processos conclusos há mais de 50 dias



Juíza Substituta zoneada Kelen Patrícia Bagetti		
Processos Judiciais Eletrônicos		
0020235-39.2014.5.04.0752 (Mais antigo - concluso em 06.08.2014: 3 meses e 8 dias)	0020546-64.2013.5.04.0752	0020205-04.2014.5.04.0752
0020530-16.2013.5.04.0751	-	-
Total: 04 processos		

Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho da Comarca Cláudio Roberto Ost		
Processos de Cognição – Rito Ordinário		
0000528-30.2010.5.04.0751 (Concluso em 1º.09.2014: 2 meses e 13 dias)	-	-
Total: 1 processo		

(Fonte: Consulta aos Sistemas inFOR Pro e PJe no dia da correição)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Cumprimento em 48 horas.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Tarefa executada em 48 horas.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Cumprimento em 48 horas.

7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

A juntada de petições é efetuada em 24 horas.

7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

As minutas de despacho são efetuadas 24 horas após a protocolização e juntada das petições.

7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação de decurso de prazo é efetuada semanalmente. Na data da inspeção correcional estava sendo certificado o decurso de prazo de 08.11.2014.

7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

A remessa dos autos é efetuada duas vezes por semana.



7.8 CONVÊNIOS

A Unidade utiliza os convênios regularmente.

7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Não havia pendências na data da visita correcional.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0200200-24.2007.5.04.0751	16.09.2014	1 mês e 2 dias
2	0110400-97.1998.5.04.0751	25.09.2014	23 dias
3	0000433-97.2010.5.04.0751	06.10.2014	12 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.10.2014)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há empenho (despachos proferidos e expedição de notificações aos procuradores) pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução desses processos.

7.10.2 Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000914-26.2011.5.04.0751	28.09.2014	20 dias
2	0049600-64.2002.5.04.0751	30.09.2014	18 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.10.2014)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho (despachos proferidos e expedição de notificações aos peritos) pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução desses processos.

7.10.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	752-00166/14	0000626-78.2011.5.04.0751	15.09.2014	1 mês e 3 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.10.2014)



8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 17.10.2014, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **245 processos**. O item 9.1 compõe-se de 20 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 9.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0000031-45.2012.5.04.0751
Aspectos gerais dos autos*: ausência de identificação do servidor que lavrou o termo de juntada no verso da fl. 427; ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 576; termo de juntada no verso da fl. 647 com espaços em branco. Movimentação processual: as partes foram notificadas da sentença das fls. 395-402, 09 dias após sua publicação; da sentença das fls. 414-416, 11 dias após a publicação.	
2	0000239-29.2012.5.04.0751
Aspectos gerais dos autos*: termo de juntada no verso da fl. 465, carmim, com espaços em branco; certidão no verso da fl. 480, carmim, com espaços em branco. Movimentação processual: as partes foram notificadas da sentença das fls. 459-463, carmim, 13 dias após a publicação.	
3	0000261-87.2012.5.04.0751
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar.	
4	0000177-23.2011.5.04.0751
Aspectos gerais dos autos*: termo de juntada no verso da fl. 102 com espaços em branco e sem assinatura do servidor. Movimentação processual: Obs. O processo passou a tramitar na 2ª Vara de Santa Rosa em 17.10.2012, conforme certidão da fl. 80. Nada a apontar quanto à movimentação processual.	
5	0000097-59.2011.5.04.0751
Aspectos gerais dos autos*: não foi lavrado termo para juntada da devolução postal da fl. 395; termo de juntada no verso da fl. 403, carmim, com espaços em branco. Movimentação processual: o prazo das notificações das fls. 378-380 expirou em 14.04.2014 e a movimentação processual ocorreu em 25.04.2014 (fl. 391); o prazo da citação da fl. 404, carmim, expirou em 03.07.2014, considerando o certificado à fl. 405, carmim, e o impulso processual ocorreu em 21.07.2014 (fl. 406, carmim).	
6	0001077-69.2012.5.04.0751
Aspectos gerais dos autos*: termos de juntada no verso da fl. 272, verso da fl. 276 com espaços em branco. Movimentação processual: nada a apontar.	
7	0000775-11.2010.5.04.0751
Aspectos gerais dos autos*: ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 370; ausência de assinatura e identificação do servidor que lavrou o termo de juntada no verso da fl. 380, carmim. Movimentação processual: cumprimento do despacho da fl. 373	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

em 12 dias; o prazo da notificação da fl. 388, carmim, expirou em 28.05.2013 e o impulso processual ocorreu em 25.06.2013 (fl. 389, carmim); as partes foram intimadas da decisão das fls. 398-400, carmim, 11 dias após sua publicação.

8

0000550-54.2011.5.04.0751

Aspectos gerais dos autos: termo de juntada no verso da fl. 830 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 929; termo de juntada no verso da fl. 1047, carmim, com espaços em branco. **Movimentação processual:** nada a apontar.

9

0142200-60.2009.5.04.0751

Aspectos gerais dos autos*: termo de juntada no verso da fl. 415 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor que lavrou o termo de juntada no verso da fl. 453; termo de juntada no verso da fl. 459 com espaços em branco; termos de encerramento e abertura (fls. 420 e 421) com data posterior ao termo de juntada lavrado no verso da fl. 421. **Movimentação processual:** nada a apontar.

10

0001095-27.2011.5.04.0751

Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. **Movimentação processual:** o prazo das notificações das fls. 246-247 expirou em 19.04.2013 e o impulso processual só ocorreu em 07.05.2013; o prazo da citação da fl. 336 expirou em 05.09.2014 e a certificação de decurso de prazo foi efetuada em 17.09.2014 (fl. 350).

11

0081600-73.2009.5.04.0751

Aspectos gerais dos autos*: não foi lavrado termo para juntada das devoluções postais das fls. 417 e 418; o despacho das fls. 518-520 não está assinado (nem digital, nem manualmente). **Movimentação processual:** da assinatura digital do despacho da fl. 415 à certidão de atualização da fl. 416 decorreram 16 dias.

12

0000027-08.2012.5.04.0751

Aspectos gerais dos autos*: termos de juntada no verso da fl. 677 e verso da fl. 697 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor que lavrou o termo de juntada no verso da fl. 706; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 735; termo de juntada no verso da fl. 1026, carmim, com espaços em branco. **Movimentação processual:** as partes foram intimadas da sentença das fls. 668-675, 09 dias após sua publicação; as partes foram intimadas da sentença das fls. 693-695, 11 dias após sua publicação.

13

0000088-63.2012.5.04.0751

Aspectos gerais dos autos*: termos de juntada no verso da fl. 490, verso da fl. 512, verso da fl. 538 e verso da fl. 634 com espaços em branco. **Movimentação processual:** as partes foram intimadas da sentença das fls. 481-488, 09 dias após sua publicação; as partes foram intimadas da sentença das fls. 499-501, 11 dias após sua publicação.

14

0000022-83.2012.5.04.0751

Aspectos gerais dos autos*: termos de juntada no verso da fl. 665, verso da fl. 681 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor que lavrou o termo de juntada no verso da fl. 690; não foi lavrado termo para juntada da devolução postal da fl. 865. **Movimentação processual:** as partes foram intimadas da sentença das fls. 655-663, carmim, 11 dias após sua publicação; as partes foram intimadas da sentença das fls. 677-679, 11 dias após sua publicação.



15	0000599-32.2010.5.04.0751
Aspectos gerais dos autos*: não foi lançada, à fl. 359, a data de devolução dos autos pelo perito, assim como não constou a informação nos andamentos do Infor; termo de juntada no verso da fl. 386 com espaços em branco. Movimentação processual: o cálculo das fls. 360-370 foi protocolizado em 19.12.2012 e o termo de juntada (verso da fl. 359) foi lavrado em 21.01.2013.	
16	0001387-46.2010.5.04.0751
Aspectos gerais dos autos*: certidão no verso da fl. 331 com espaços em branco; termos de juntada no verso da fl. 369, verso da fl. 374 e verso da fl. 377 com espaços em branco. Movimentação processual: o prazo das notificações das fls. 330-331 expirou em 18.04.2013 e a certificação de decurso de prazo foi efetuada em 13.06.2013 (fl. 331/verso).	
17	0186700-85.2007.5.04.0751
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: Obs.: os autos passaram a tramitar na 2ª Vara de Santa Rosa em 31.05.2013, conforme certidão lavrada no verso da fl. 346. Nada a apontar quanto à movimentação processual.	
18	0000793-95.2011.5.04.0751
Aspectos gerais dos autos*: o termo de abertura da fl. 201 está com data posterior ao termo de juntada lavrado no verso da mesma folha; certidão no verso da fl. 218 com espaços em branco; termo de juntada no verso da fl. 241 com espaços em branco. Movimentação processual: o prazo da citação da fl. 221 expirou em 25.07.2013, conforme comprovante juntado no verso da mesma folha e o impulso processual ocorreu em 13.08.2013 (fl. 222).	
19	0000026-23.2012.5.04.0751
Aspectos gerais dos autos*: termo de juntada no verso da fl. 692 com espaços em branco, sem assinatura e sem identificação do servidor; termo de juntada no verso da fl. 953 com espaços em branco; termo de juntada no verso da fl. 956 com espaços em branco. Movimentação processual: as partes foram intimadas da sentença das fls. 654-661, 09 dias após sua publicação; as partes foram intimadas da sentença das fls. 679-681, 11 dias após sua publicação.	
20	0000443-44.2010.5.04.0751
Aspectos gerais dos autos*: termos de juntada no verso da fl. 646, verso da fl. 654, verso da fl. 655, verso da fl. 656 e verso da fl. 673 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 684. Movimentação processual: o prazo para oposição de embargos à execução, relativamente ao depósito das fls. 736-737, expirou em 22.09.2014, e a certificação de decurso de prazo foi efetuada em 21.10.2014 (fl. 738).	

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2013.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **245 processos** parados. Embora constem como processos sem movimentação, verificou-se que resultam processos em situação regular, pois aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento/ Recurso de Revista, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento ou sendo movimentados pela Secretaria. Por isso, não foram encontradas práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR.



8.3 Exame dos Pressupostos Recursais

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

9 PJe

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em uma oportunidade, dia 11.11.2014, com nova verificação na data da inspeção, juntamente com a Diretora de Secretaria. A posição, na data da visita correccional, é a que segue:

Processos com petições avulsas – sem pendências.

Processos com pedido de tutela não apreciados – sem pendências.

Processos com petições não apreciadas – sem pendências.

Processos com habilitações nos autos não lidas – 39 processos (os processos são mantidos no agrupador até a regularização da representação processual, o que, geralmente, ocorre na audiência inaugural).

Mandados devolvidos pelo OJ – sem pendências.

Aguardando cumprimento de providências – Foram criadas subpastas para controle quinzenal; subpasta para controle das urgências e subpasta ‘aguarda julgamento RO, para controle das Cartas de Sentença que aguardam a baixa dos autos principais. Havia 50 processos no total. 02 na subpasta ‘urgentes’ e 04 na subpasta cronologicamente mais antiga, de 1º a 15 de novembro.

Aguardando cumprimento na execução – Foram criadas subpastas para controle quinzenal, subpasta com o título ‘Bacen lançado’ (controle de respostas do Bacen Jud) e subpasta ‘Bacen por lançar’. Havia 33 processos no total; 02 processos na subpasta ‘Bacen por lançar’ e 01 processo na subpasta cronologicamente mais antiga, de 1º a 15 de novembro.

Aguardando cumprimento na liquidação – 07 processos no total, sendo 03 na subpasta de 1º a 15 de novembro (cronologicamente, a mais antiga).

Controle de sobrestamento-suspensão – Subpastas por mês. Havia 06 processos no total, sendo 01 na subpasta de novembro de 2014.

Controle manual – prazo pós-sentença- Havia 07 processos.

Apreciar urgentes – sem pendências.



Prazos vencidos – 02 processos.

Triagem inicial – 03 processos.

Verificou-se uma boa gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

De qualquer forma, reiterou-se à Diretora de Secretaria a necessidade de gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa foi criada em 30.10.2012 e já com a implementação do sistema PJe. Parte do seu acervo, contudo, é proveniente da redistribuição de ações originárias das 1ª Vara. Considerando-se os processos recebidos por redistribuição em 2012 e aqueles efetivamente novos recebidos em 2013, o acervo processual da vara manteve-se estável, com pequena redução percentual no ano de 2014, conforme movimentação apurada até o mês de setembro. O índice de acordo mantém-se em percentual um pouco acima de 40% desde 2013 e o número de processos aguardando prolação de sentença apresenta sensível redução.

Seguindo a mesma tendência, os estoques pendentes de solução nas fases de liquidação e execução diminuíram e apresentam-se enxutos e passíveis de uma boa e célere administração – todas as taxas de congestionamento são inferiores à média da Região. A unidade apresentou excelente resultado em relação aos lançamentos de andamentos na fase de execução, não tendo sido encontrado nenhum devedor indevidamente inscrito no BNDT. Os prazos médios de tramitação processual, da mesma forma, refletiram o bom trabalho executado na vara, estando todos abaixo dos parâmetros médios regionais. Destacam-se, especialmente, as fases de liquidação e de execução que, nos meses apurados em 2014, foram, respectivamente, 80,71 (oitenta vírgula setenta e um) e 280,67 (duzentos e oitenta vírgula sessenta e sete) dias mais céleres do que a média das demais unidades do estado. O cumprimento das Metas do CNJ pela Unidade é total em relação àquelas cujos períodos de avaliação já se encerraram.

Ainda apontando o excelente trabalho empreendido em conjunto pela Diretora de Secretaria Larissa Heinen, seu assistente de Direção Jaime Adidar Watthier, a Juíza Titular Raquel Nenê Santos e toda a equipe de servidores, estão os apontamentos realizados quando do exame dos processos físicos



pela Corregedoria, tendo sido constatados apenas lapsos isolados em relação a determinados cumprimentos.

Tal como se pode constatar na correição na 1ª Vara do Foro Trabalhista de Santa Rosa, as gestoras da unidade são entusiastas do sistema do PJe, tendo sido mencionadas suas vantagens na tramitação processual na unidade.

A Juíza Titular Raquel Nenê Santos ainda apresentou excelente produtividade na medida em que, conforme verificado no dia da correição, não detinha nenhum processo concluso à espera da prolação de sentença além do prazo legal.

12 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.5. (Incidentes Processuais)

Determina-se que, em relação **aos processos descritos no item 3.5**, a Secretaria realize um cotejo entre os andamentos lançados no sistema informatizado e o processamento nos autos físicos, lançando, se necessário, andamentos de entradas, conclusão e saídas dos incidentes processuais para correção das informações do sistema e-Gestão.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados quando for o caso.

ITEM 6.8 (Sentenças com prazo excedido)

Determina-se que a Juíza Substituta zoneada **Kelen Patrícia Bagetti** profira as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.8 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível.

Cientifique-se o Juiz Titular da 1ª Vara da Comarca, **Cláudio Roberto Ost**, acerca do processo nº 0000528-30.2010.5.04.0751, concluso há mais de 50 dias, para que profira a sentença com a maior brevidade possível.

ITEM 7.10.3 (Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias)

Determina-se a cobrança do mandado com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, expedido no processo nº 0000626-78.2011.5.04.0751, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148



da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);

- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- d) respeite, rigorosamente, a ordem cronológica dos atos processuais, evitando situações como a verificada nos processos 0142200-60.2009.5.04.0751 e 0000793-95.2011.5.04.0751, analisado no item 8.1;
- e) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR.

13 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às unidades judiciárias desse foro. Para esse fim, compareceu o advogado Leopoldo Girardi que, de forma geral, manifestou sua boa impressão sobre o funcionamento das duas unidades que compõem o Foro Trabalhista de Santa Rosa.

14 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Secretaria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

15 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Raquel Nenê Santos, pela Diretora de Secretaria Larissa Heinen e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Beatriz Renck
Corregedora Regional